

HABEAS CORPUS Nº 568.014 - SP (2020/0072802-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DOUGLAS LUIZ ABREU SOTELO
ADVOGADO : DOUGLAS LUIZ ABREU SOTELO - SP232969
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADRIANO INACIO DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de ADRIANO INACIO DE LIMA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 0018081-65.2016.8.26.0477.

Nos autos da ação penal n. 0010683-67.2016.8.26.0477, o Juízo de primeiro grau revogou a prisão preventiva anteriormente decretada concedendo liberdade provisória em prol do ora paciente, impondo-lhe as medidas cautelares previstas nos incisos IV e V do art. 319 do Código de Processo Penal.

Irresignada, a acusação interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal de origem, o qual deu provimento ao recurso ministerial para cassar a decisão do Juízo de piso, decretando a prisão preventiva do acusado, determinando-se a expedição do mandado de prisão (fls. 70/77).

No presente *writ*, alega a defesa ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Aponta que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito, bem como na vedação expressa do art. 44 da Lei n. 11.343/06.

Sustenta ser possível a concessão da liberdade provisória aos crimes hediondos.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente, como residência fixa e atividade laborativa lícita.

Destaca, por fim, o risco de contaminação do paciente pelo vírus Covid-19, dentro do estabelecimento prisional. Diz que o crime imputado ao paciente não foi cometido com violência ou grave ameaça.

Superior Tribunal de Justiça

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao Juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, mormente acerca do andamento processual da ação penal n. 0010683-67.2016.8.26.047.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator